

Contrato n°. 073/2018.

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

Contrato de Credenciamento para Prestação de Serviços, que entre si fazem o **PRÓ-SAÚDE – PROGRAMA DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Afonso Paranhos, 670, centro, na cidade de Catalão-GO, inscrito sob o CNPJ nº 97.544.821/0001-20, neste ato representado pelo seu Gestor, **VELOMAR GONÇALVES RIOS**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado o Dr. **ANTÔNIO ABADIO DA SILVA**, brasileiro, casado, médico, inscrito no CRM/GO sob nº 1.037, portador do RG nº 223.817 DFSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 028.935.841-87, NIT/PIS/PASEP nº 110.13276.05-6, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida 20 de Agosto, nº 1.072, Centro, Catalão – Goiás, CEP 75700-000, doravante designado (a) **CONTRATADO (A)**, com fulcro na Lei Municipal nº 3.093, de 05 de março de 2.014, regulamentada pelo Decreto nº 835, de 24 de setembro de 2009 e demais normas correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e também de acordo com o disposto no Procedimento de Credenciamento nº 00001/2.018, de 15 de junho de 2018, têm entre si, justo e acordado que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas, que mutuamente acatam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – O (A) **CONTRATADO (A)**, nos termos deste Instrumento, prestará aos Servidores da Prefeitura Municipal de Catalão, Câmara Municipal, das Autarquias e Fundações Municipais e aos seus Dependentes, devidamente inscritos e cadastrados no “PRÓ-SAÚDE”, serviços de Atendimento de Consultas e Procedimentos Médicos em seu consultório aos beneficiários do PRÓ-SAÚDE, na (s) especialidade (s) credenciada (s) incluindo os procedimentos relacionados à sua área de atuação, qual seja, na especialidade de Cirurgia Geral.

1.1.1 – **DESPESA INCLUÍDA**: Para cada Consulta Médica atendida, fica assegurado um (01) **RETORNO** do Usuário ao Consultório Médico do (a) **CONTRATADO (A)**, no período de 30 (trinta) dias, a contar da data da última Consulta.

1.2 – Entende-se como beneficiários do PRÓ-SAÚDE, o segurado e seus dependentes, devidamente inscritos e cadastrados, munidos do respectivo cartão e documento de identidade.

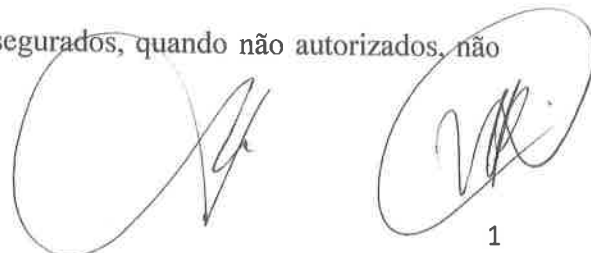
1.3 – O (A) **CONTRATADO (A)**, como profissional liberal, de forma autônoma e sem qualquer vinculação hierárquica ou funcional com o PROGRAMA, prestará serviços de atendimento em seu consultório aos beneficiários do PRÓ-SAÚDE, na (s) especialidade (s) credenciada (s) incluindo os procedimentos relacionados à sua área de atuação.

1.4 – Os serviços **CONTRATADOS** serão preferencialmente prestados nos estabelecimentos do (a) profissional **CONTRATADO (A)**, em dias e horários por ele (a) estipulado, no endereço informado no ato do Credenciamento, vedadas as transferências, exceto no caso de existência de vagas, e após deferimento da Diretoria do PRÓ-SAÚDE, do processo de solicitação de extensão do Credenciamento.

1.5 – O (A) profissional **CONTRATADO (A)** que presta serviços ambulatoriais em diferentes Unidades, ao atender o segurado do PRÓ-SAÚDE, deverá fazê-lo observando as regras contidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Os atendimentos eletivos realizados nos segurados, quando não autorizados, não serão pagos pelo PRÓ-SAÚDE.



2.2 – Fica expressamente vedada a cobrança de valores adicionais, a qualquer título, por parte do (a) CONTRATADO (A), em relação aos beneficiários do PRÓ-SAÚDE.

2.3 – As consultas eletivas realizadas pelo mesmo profissional no mesmo paciente, serão consideradas retorno nos primeiros 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, serão consideradas novas consultas.

2.4 – A guia emitida pelo PRÓ-SAÚDE deverá ser assinada pelo paciente ou responsável e pelo (a) CONTRATADO (A), quando utilizada, possuindo validade de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO (A) CONTRATADO (A)

3.1 – Desenvolver, fornecer e dimensionar a infra-estrutura necessária ao bom atendimento e satisfação dos beneficiários do PRÓ-SAÚDE, dentro das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

3.2 – Proceder a verificação rigorosa da identificação dos beneficiários do Programa assistencial do PRÓ-SAÚDE, sendo que qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais dos segurados será de responsabilidade única e exclusiva do (a) CONTRATADO (A).

3.3 – Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como pessoal, recepção, limpeza, entre outros.

3.4 – Permitir ao PRÓ-SAÚDE avaliar o atendimento e os serviços prestados aos seus segurados, através de auditorias específicas realizadas por profissionais do quadro do PROGRAMA, sendo reservado ao mesmo o direito de recusar ou sustar os serviços quando não atenderem ao estipulado.

3.5 – Obedecer aos critérios exigidos quando das auditorias e perícias, na fiscalização sobre os serviços contratados e sobre as pessoas a eles vinculados, bem como os princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria.

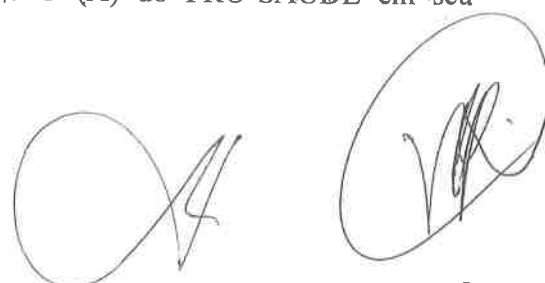
3.6 – Desenvolver diretamente os serviços contratados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do Credenciamento sob pena de rescisão automática.

3.7 – Comunicar ao PRÓ-SAÚDE, por escrito ou por meio de correio eletrônico, mudança de dias e horários de atendimento aos segurados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3.8 – Continuar o atendimento aos segurados do PRÓ-SAÚDE, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, a fim de que não haja solução de continuidade, no caso de ocorrer a rescisão, independente da parte que deu causa ao rompimento.

3.9 – Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Direção do PRÓ-SAÚDE, bem como quanto aos valores dos honorários profissionais e número de consultas mensais.

3.10 – Ostentar a identificação de CONTRATADO (A) do PRÓ-SAÚDE em seu estabelecimento em lugar visível ao usuário.



3.11 – O (A) CONTRATADO (A) deverá prestar aos segurados do PRÓ-SAÚDE tratamento idêntico ao dispensado a particulares; qualquer tipo de discriminação dará causa a instalação de processo administrativo para aplicação das sanções previstas na Lei 8.666/93, garantida a prévia defesa.

3.12 – Preencher correta e completamente o pedido de solicitação de atendimento, sob pena de não pagamento dos serviços prestados, dados de identificação do usuário, justificativa, hipótese diagnóstica, CID 10, descrição e código do procedimento, quantidade, local, data e assinatura com o carimbo do prestador solicitante.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PRÓ-SAÚDE

4.1 – Fornecer materiais informativos e comunicados referentes às determinações administrativas que visem o gerenciamento do objeto do Credenciamento.

4.2 – Pagar, com pontualidade, as faturas apresentadas.

4.3 – Dirimir dúvidas do (a) CONTRATADO (A) sobre o objeto do Credenciamento, junto a sua Diretoria e demais unidades administrativas, prestando-lhe assessoria no tocante a divergências ou inovações na política administrativa e assistencial do PRÓ-SAÚDE, notificando-o, por escrito, a respeito de irregularidades detectadas na execução dos serviços.

4.4 – Realizar auditorias e perícias médicas nos procedimentos e em seus segurados e dependentes, de acordo com os procedimentos e atos normativos do PROGRAMA, obedecendo aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria.

4.5 – Fornecer aos beneficiários as informações referentes aos dias, horários e endereço do CONTRATADO.

4.6 – Comunicar ao CONTRATADO com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, sobre qualquer modificação em procedimento de atendimento aos seus beneficiários.

4.7 – Notificar o CONTRATADO, por escrito, a respeito de advertências a ele dirigidas ou quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços CONTRATADOS, anexando cópias ao respectivo processo de Credenciamento.

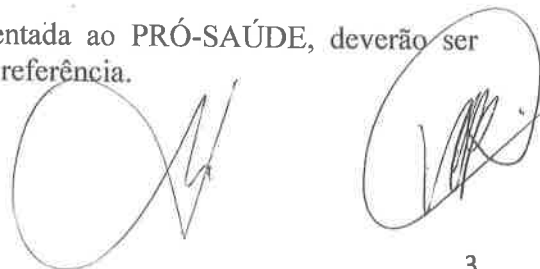
4.8 – Emitir documento de identificação do CONTRATADO do Programa.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO, DA FORMA DE PAGAMENTO E APRESENTAÇÃO DAS FATURAS

5.1 – O valor da presente contratação é de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por 12 (doze) meses, com o valor da consulta médica fixado em R\$66,00 (sessenta e seis reais). Para a visita hospitalar e demais procedimentos, fica estabelecida a Tabela de Honorários da CBHPM (para códigos), com valores próprios do PRO-SAÚDE.

5.2 – As faturas dos serviços prestados pelo (a) CONTRATADO (A) deverão ser protocoladas junto à sede do PRÓ-SAÚDE, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês vigente, ou no primeiro dia útil anterior.

5.3 – Para o fechamento da fatura a ser apresentada ao PRÓ-SAÚDE, deverão ser computados somente os serviços prestados até o dia 23 do mês de referência.



suas respectivas responsabilidades, não possuindo o PRÓ-SAÚDE, qualquer vínculo empregatício com o (a) CONTRATADO (A).

8.2 – Quaisquer despesas advindas da execução deste Contrato CREDENCIAMENTO ficará a cargo das partes envolvidas, no âmbito de suas respectivas responsabilidades.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO

9.1 – O prazo de vigência deste Contrato de Credenciamento vigorará pelo período de 23 de julho de 2018 até 23 de julho de 2019, podendo ser rescindido por qualquer das partes a qualquer momento, desde que a parte interessada o faça por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 – O contrato poderá ser automaticamente renovado, via termo aditivo, ao (a) CONTRATADO (A) que bem cumprir as funções contratadas e se interessar em manter o atendimento e os serviços ajustados em conformidade com as determinações legais e administrativas em vigor.

9.3 – A renovação automática do Credenciamento ficará condicionada a avaliação técnica pela Diretoria do PRÓ-SAÚDE dos serviços prestados, através das informações das auditorias realizadas e registradas no processo do (a) CONTRATADO (A)

9.4 – O (A) CONTRATADO (A) poderá, por motivos justificáveis e a juízo da Administração, interromper a prestação de serviços, objeto do Credenciamento, desde que solicitado à Diretoria do PRÓ-SAÚDE, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, pelo prazo previamente estabelecido pelo Diretor do PRÓ-SAÚDE.

9.5 – Caso o (a) CONTRATADO (A) não retorne no prazo estipulado terá seu credenciamento rescindido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO

10.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas com o credenciamento sujeitará as partes, no que couber, às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nos atos normativos expedidos pela Direção do PROGRAMA, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988.

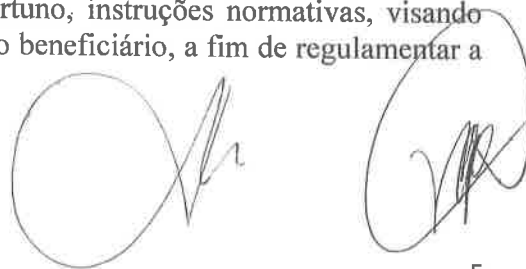
10.2 -Na hipótese de rescisão unilateral do presente contrato, caberá à parte faltosa, em consonância com os ditames da Lei nº 8.666/93, o pagamento de multa rescisória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas oriundas da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 26.1601.10.302.4008.4033.319034 – MANUTENÇÃO DO FUNDO PRÓ-SAÚDE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O PRÓ-SAÚDE emitirá sempre que oportuno, instruções normativas, visando orientar e disciplinar a relação com o (a) CONTRATADO (A) e o beneficiário, a fim de regulamentar a prestação dos serviços devidos aos seus segurados.



12.2 – Considera-se parte integrante deste ajuste as instruções e demais atos normativos regulamentadores do objeto do Credenciamento já emitidas pelo PRÓ-SAÚDE.

12.3 – Os exames auto-gerados ficam limitados a 40% (quarenta por cento) do número de consultas atendidas no mês.

12.4 – As cláusulas do presente instrumento poderão ser alteradas em função de procedimentos para a adequação, modernização ou atualização do sistema de execução dos serviços CONTRATADOS ou de fundamentos legais.


12.5 – Este Contrato de Credenciamento fica imediatamente rescindido quando verificada infração a qualquer das cláusulas elencadas no presente instrumento, especialmente se for verificada a cobrança de honorários profissionais não previstos ou se for apurada má-fé na identificação dos beneficiários do PRÓ-SAÚDE, que de posse de provas, reserva-se no direito de denunciar o (a) CONTRATADO (A) junto a sua entidade ética representativa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – Fica eleito, o Foro da Comarca de Catalão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as lides porventura instaladas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o (a) CONTRATADO (A) e o PRÓ-SAÚDE o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

Catalão, 23 de julho de 2.018.


PRÓ-SAÚDE
VELOMAR GONÇALVES RIOS
Gestor/Contratante


Dr. ANTÔNIO ABADIO DA SILVA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF: